

# O CORTE: FLEXIBILIZAÇÃO PRODUTIVA E AS IMPLICAÇÕES SOBRE O TRABALHO E A EDUCAÇÃO

THE CUT: PRODUCTIVE FLEXIBILIZATION AND THE IMPLICATIONS FOR WORK AND EDUCATION

Marcia Cecilia de Oliveira Carregosa

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil

marciaceciliams@hotmail.com | orcid.org/0000-0001-6065-9833

Claudio Pinto Nunes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Candeias, Brasil.

claudionunesba@hotmail.com | orcid.org/0000-0003-1514-6961

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o filme "O Corte" à luz das transformações ocorridas no mundo do trabalho e na educação, em decorrência da flexibilização produtiva do capital. No primeiro momento, trataremos da análise do filme, apresentando algumas cenas que registram as mutações ocorridas no mundo do trabalho e suas principais consequências após a crise estrutural do capital durante as décadas de 60 e 70, referenciando para tanto, Ricardo Antunes (2009) e o livro "O Sentidos do Trabalho". Segundo, analisaremos as influências da reestruturação do capital sobre a educação no Brasil, sobretudo a Educação Profissional, trazendo a perspectiva da educação politécnica, integral e omnilateral como possibilidade de compreensão e contestação do sistema de acumulação flexível.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Acumulação Flexível; Trabalho; Educação Profissional.

THE CUT: PRODUCTIVE FLEXIBILIZATION AND THE IMPLICATIONS FOR WORK AND EDUCATION

## Abstract

The aim of this paper is to analyze the film "The Cut" in the light of the transformations that have taken place in the world of work and in education as a result of capital's flexibilization of production. Firstly, we will analyze the film, presenting some scenes that record the changes that have taken place in the world of work and their main consequences following the structural crisis of capital during the 1960s and 1970s, with reference to Ricardo Antunes and his book "O Sentidos do Trabalho". Secondly, we will analyze the influences of the restructuring of capital on education in Brazil, especially vocational education, bringing the perspective of polytechnic, integral and omnilateral education as a possibility of understanding and contesting the system of flexible accumulation.

**Keywords:** Capitalism; Flexible Accumulation; Labor; Vocational Education.

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



### Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar la película "The Cut" a la luz de las transformaciones ocurridas en el mundo del trabajo y en la educación como consecuencia de la flexibilización productiva del capital. En primer lugar, analizaremos la película, presentando algunas escenas que muestran los cambios ocurridos en el mundo del trabajo y sus principales consecuencias tras la crisis estructural del capital en los años 60 y 70, con referencia a Ricardo Antunes y su libro "Los sentidos del trabajo". En segundo lugar, analizaremos las influencias de la reestructuración del capital en la educación en Brasil, especialmente en la formación profesional, aportando la perspectiva de la educación politécnica, integral y omnilateral como posibilidad de comprensión e impugnación del sistema de acumulación flexible.

**Palabras clave:** Capitalismo; Acumulación flexible; Trabajo; Formación profesional.

### Introdução

As discussões entre o sistema capitalista e a precarização do trabalho, juntamente com a educação profissional e tecnológica, têm se tornado cada vez mais relevante no cenário contemporâneo. Desde os anos 1990, as reformas educacionais no Brasil, como o Decreto 2.208/97, têm se esforçado para ajustar a formação dos trabalhadores às demandas de um mercado consumidor, marcado pela flexibilização e pela competência.

Essa adaptação tem resultado em um cenário de precarização, no qual a qualidade da educação é sacrificada em prol de uma formação técnica voltada para a inserção rápida no mercado de trabalho. O processo de flexibilização do ensino, alinhado às exigências do capitalismo, não só molda o perfil do trabalhador, como também perpetua as desigualdades sociais, expondo as contradições estruturais da sociedade capitalista.

Nesse sentido, o propósito desse artigo é realizar uma análise do filme "O Corte" (2005), buscando estabelecer uma relação entre o sistema de produção flexível, a precarização do trabalho e suas influências sobre a educação. A análise está fundamentada no materialismo histórico-dialético e, principalmente, nos fundamentos de Antunes (2009) sobre as transformações do capital e os impactos sobre as condições do trabalho.

Assim, o primeiro capítulo analisa as cenas do filme "O Corte", construindo uma analogia com a qualificação do trabalhador sob os moldes das

forças produtivas. Já a segunda seção discute as influências do sistema econômico sobre a formação profissional, enfatizando a maneira como a educação é colocada a serviço do capital.

A análise das influências do sistema produtivo sobre a precarização do trabalho e a educação, revela um ciclo vicioso de subordinação do conhecimento e da desvalorização do indivíduo em benefício das demandas do mercado. Nesse sentido, essa abordagem crítica visa contribuir para o debate sobre as políticas educacionais e sua relação com o trabalho, destacando a necessidade de uma formação digna e autônoma dos trabalhadores, para além das exigências do capital.

### **1. Mutações no mundo do trabalho: análise sobre o filme o corte**

Com autoria de Donald E. Westlake, direção de Costa-Gavras, o filme “O Corte” lançado em abril de 2006, discorre sobre a vida de Bruno Davert (José Garcia), um executivo francês que perdeu o emprego. Após dois anos e meio, o personagem continua desempregado e se desespera. Decidido em recuperar o antigo cargo, Bruno Davert mata todos os candidatos ao cargo da empresa em que trabalhava com potencial para ocupá-lo.

A ação descomedida, violenta e insana de assassinar os concorrentes ao emprego, faz uma alusão ao modelo de produção capitalista em que vivemos, nele prevalece a “lei da selva”, um sistema sobre o qual poucos sobrevivem dignamente. A precarização das relações de trabalho e os domínios hegemônicos desse sistema econômico decorrem, principalmente, de um projeto de alienação e de precarização humana.

A empresa onde Bruno Davert trabalha está passando por um período de reestruturação financeira, resultado da crise enfrentada nas décadas de 60 e 70, associada ao modelo taylorista/fordista. Durante esse período, o acúmulo de produção, a queda na taxa de lucro e a revolta dos operários em massa levaram o capital a enfrentar dificuldades. Como consequência, muitos trabalhadores ficaram desempregados ou, conforme relata o protagonista, se viram em busca de um novo emprego.

Bruno Davert manteve-se por quinze anos na empresa e, apesar de ser especialista em sua função, foi demitido. Ele fez um acordo com a gerência, mas recebeu um valor irrisório, resultando na perda de seus direitos trabalhistas. Essa situação reflete a concorrência acirrada e o desemprego, características típicas do novo modelo de produção flexível, o toyotismo.

Numa tentativa de reestruturar o capital decorrente da crise, o modelo japonês, flexível ou empresa enxuta, trouxe como objetivos centrais à economia o combate ao desperdício, a abolição dos estoques, o enxugamento do número de funcionários e a ação polivalente do trabalhador. Como resultado desse sistema, formou-se um exército de reserva de trabalhadores, representado pelos diversos currículos coletados pelo protagonista no filme, espelhando a busca incontrolável de seus potenciais concorrentes por uma vaga na fábrica de papel.

Além disso, por mais que o personagem fosse qualificado para ocupar a função, tal qual exigia o toyotismo, no modo de produção capitalista não há espaço para todos e o desemprego é palavra para manter a ordem social vigente, quanto maior é o desenvolvimento das forças produtivas mais miséria se reproduz. Sobre o capital e sua respectiva necessidade de manter-se hegemônico, Ricardo Antunes discorre:

Tendo sido o primeiro modo de produção a criar uma lógica que não leva em conta como prioridade as reais necessidades sociais, e que também por isso diferenciou-se radicalmente de todos os sistemas de controle do metabolismo social precedentes (que prioritariamente produziam visando suprir as necessidades de autorreprodução humana), o capital instaurou um sistema voltado para sua autovalorização, que independe das reais necessidades autorreprodutivas da humanidade. (Antunes, 2009, p. 178)

Essas mutações, iniciadas nos anos 60 e 70 e em grande parte ainda em curso, vêm sendo demonstradas cotidianamente nos setores de execução do trabalho. Durante a entrevista de emprego do protagonista, uma câmera registra as imagens da funcionária e não da pessoa entrevistada. Esse momento, por certo, demonstra mais uma vez o predomínio do sistema de reestruturação do capital, o Toyotismo. Dessa vez, com resquícios fordista, o olhar da gerência controla a produtividade através das lentes de uma

filmadora, assim é possível inspecionar e se necessário eliminar o trabalho improdutivo, incapaz de criar valor ao capital.

Desse modo, há no enredo cinematográfico, a presença daquilo que o Antunes (2009) intitula de liofilização organizacional do trabalho. É a inserção de técnicas de gestão da força produtiva, em que o operário vivencia uma participação manipuladora, preservando nas entrelinhas, as condições do trabalho alienado e estranhado.

A ideia de envolvimento participativo, de coletividade e empenho extraordinário em benefício da empresa, tem por objetivo central a redução e/ou eliminação do trabalho improdutivo. Para Antunes (2009), na era da acumulação flexível, as empresas merecedoras de destaque dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso, obtêm os melhores resultados de produção.

Paralelo as cenas em que o Bruno Davert procura incansavelmente assassinar os candidatos, imagens de propagandas passam a todo instante à sua frente. A presença dessa estratégia de otimização de lucros, demonstra o quanto a “classe-que-vive-do-trabalho” se tornou alienada, visto que, mesmo sendo potencialmente explorada, é vitimada pelo desejo de consumo desenfreado, pelo fetiche de possuir o novo e assim, “despretensiosamente” alimentar o sistema capitalista.

A fetichização, caracterizada pelo desejo constante de consumo é cultivada pelo modelo de produção flexível. A produção necessita ser atualizada a todo instante, especialmente porque em face da necessidade de reduzir o tempo entre produto e consumo, o surgimento de uma competição nasce entre as empresas e assim, incentivam de forma descomedida a tendência destrutiva do valor de uso dos mercadores. Assim, num curto espaço de tempo o novo se torna velho, obsoleto, levando o consumidor a uma substituição imediata por um modelo atual.

Para essa consequência do fetiche e da falácia da qualidade total, em que o capital se torna inimigo da durabilidade do produto e mantém apenas uma aparência de qualidade, outras implicações são provocadas a sociedade,

entre elas, a geração do supérfluo, do descartável e a destruição incontrolável e degradante da natureza. Para tanto, reafirma Ricardo Antunes, 2009, p. 52:

Não falamos aqui somente dos fast foods (do qual o McDonald's é exemplar), que despejam toneladas de descartáveis no lixo após um lanche produzido sob o ritmo seriado e fordizado, de qualidade mais que sofrível. Poderíamos lembrar o tempo médio da vida útil estimada para os automóveis modernos e mundiais, cuja durabilidade é cada vez mais reduzida.

Há nesse contexto, uma tendência depreciativa do valor de uso da mercadoria. Entre os supérfluos e descartáveis destacamos os sistemas de softwares, os smartphones, iphones, desatualizados e substituídos em espaço reduzido de tempo, destruídos pelo valor de uso, prisioneiros da qualidade total.

A divisão sexual do trabalho constitui outro importante fator a considerar a partir do filme "O Corte". Observa-se que Marlene, esposa de Bruno, trabalha como enfermeira e também como caixa em um cinema, desempenha duas funções e mesmo assim, não são suficientes para prover o sustento da família. Há nesse contexto, uma referência à crescente inserção da mulher no universo trabalhista e a conseqüente desvalorização do trabalho feminino em relação ao masculino, caracterizado principalmente pelos desníveis salariais. Acrescenta-se a esse episódio o fato de a mulher, além dos trabalhos realizados fora de casa, ser responsável pelas tarefas domésticas.

A mulher trabalhadora, em geral, realiza a sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filho/as e de si própria. (Antunes, 2009, p. 108)

É importante enfatizar que embora as mulheres busquem e alcancem qualificações para o trabalho, muitas vezes superiores às especializações dos homens, a dificuldade para conseguir e se efetivar no emprego continua sendo maior para o sexo feminino, efetivando, portanto, a divisão sexual do trabalho. Ainda sobre qualificação profissional, outro fato comum e demonstrado no filme através dos currículos dos candidatos para trabalhar na fábrica de papel, é a presença evidente do trabalho imaterial. A busca constante por

aprimoramento profissional, tal qual exige o mercado de trabalho, seja para obtenção antecipada das informações oriundas do mercado e/ou ativar as formas de comunicação entre trabalho e consumo. O trabalho imaterial produz ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico, invadindo toda a vida do trabalhador, inclusive o tempo livre.

Dada a abrangência e intensidade da reestruturação do capital, nota-se, contudo, o quanto as mutações ocorridas no universo do trabalho trouxeram consequências pretensiosamente negativas à vida do trabalhador e continuam trazendo à vida dos inúmeros Brunos Davids espalhados pelo mundo capitalista. Dentre tantas implicações, destaco por fim, não apenas a materialidade sucumbida pela escassez do trabalho, mas a forma imaterial, subjetiva, da qual o personagem principal foi vítima. O filho que rouba, o status fraquejado, o amor que termina, o sorriso esquecido, o sentido de coletividade que se perde em face do individual, o eu.

Sou eu quem preciso manter a família e usufruir dos fetiches que o sistema pode me proporcionar. Nessas palavras de Antunes (2009), a crise estrutural afeta principalmente “a sua forma de ser”; os valores e ideias se perdem e, uma vez ideologicamente transformados, irão pautar na prática as ações concretas, como os assassinatos ocorridos no filme, a depressão ou o suicídio. São consequências decorrentes da reestruturação do capital, ontologicamente incontrolável.

### **1.1 Reestruturação produtiva e a educação a serviço do capital**

A reestruturação produtiva ocorrida a partir das décadas de 60 e 70, em virtude da crise estrutural do capital, desencadeou mutações e metamorfoses no mundo do trabalho. A precarização, caracterizada pela intensa exploração da força produtiva, destaca-se como elemento preponderante durante todo o processo e se estende aos dias atuais. Não obstante, transformações se alargaram também sobre a educação, cujos propósitos sempre estiveram, em primeiro plano, submissos aos interesses do capital.

O sistema de acumulação flexível que substituiu o taylorismo e o fordismo exigiu do mercado consumidor um novo tipo de trabalhador, não mais o especialista em um único fazer, mas o indivíduo polivalente, qualificado, multifuncional, dotado de maior realização no espaço do trabalho. Com fins ao atendimento dessa demanda, a educação ganha centralidade, responsabilizando-se pela formação do trabalhador.

Atrelado ao imperativo dessa qualificação, a educação assume ideologicamente a função de formar profissionalmente o indivíduo, desenvolvendo as competências necessárias aos interesses do mercado. No entanto, a abordagem formativa baseada na pedagogia das competências mostrou-se fragilizada: os saberes conceituais foram substituídos pelas aligeiradas operações técnicas, restringindo a formação ao simples recebimento de diplomas.

A qualificação surge, nesse contexto, somente como elemento organizador das relações formais do trabalho, responsável pela consolidação das estruturas de regulação do universo capitalista. O ensino é fator de racionalização da produção econômica, do tempo e da cadência do corpo. Por esse olhar, a educação do trabalhador é subserviente ao projeto burguês e à necessidade de reprodução trabalho como uma mercadoria (Ramos, 2011). Outra característica marcante da qualificação profissional baseada em competências é a captação da subjetividade do trabalhador. Para Ramos (2011), é a adaptação da subjetividade do operário às exigências e necessidades produtivas. Essa abordagem é igualmente referenciada por Antunes (2009), ao destacar que o uso do trabalho imaterial em benefício do capital resulta, contudo, numa corrida desenfreada pela profissionalização.

Paralelo a esse contexto educacional pró-capitalismo, a dualidade presente na educação profissional constitui outro importante critério a mencionar. Assim, em 1997, após a aprovação da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases), o Decreto nº 2.208/97 impôs um conjunto de reformas à educação profissional no país, sendo a principal delas a separação estrutural

entre o ensino médio e o técnico. Na prática, uma manifestação concreta da divisão entre ricos e pobres.

A regulamentação contida no Decreto efetivou a dualidade educacional no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Assim, os jovens filhos das chamadas classe média e alta teriam acesso aos conhecimentos científicos e, por conseguinte, aos cursos superiores, públicos e de elite. Em contrapartida, os filhos dos trabalhadores estariam designados às formações alijadas dos cursos exclusivamente técnicos, conduzindo-os à exploração da força do trabalho e a salários irrisórios.

Além desse pormenor, a aprovação do Decreto nº 2.208/97 revelou, em síntese, os objetivos do governo em eximir de sua responsabilidade o investimento financeiro no ensino médio, integral, politécnico e omnilateral, e ao mesmo tempo beneficiar o mercado através da implementação de cursos profissionalizantes particulares. Há, nesse documento, mais uma evidência de uma educação que caminha a passos firmes e fortes em benefício do capital, pois sem ensino de qualidade não há formação de mentes capazes de questionar os pilares que o sustentam e o mantêm hegemonicamente.

Após contínuos e incansáveis embates sobre a temática, somente em 23 de junho de 2004, o Decreto nº 5.154/04 trouxe o retorno do ensino profissional atrelado ao ensino médio. No entanto, deixa claro para a instituição proponente o direito de conciliar ou não o ensino profissional ao médio. Em decorrência da oneração dos gastos e investimentos necessários, apenas os Institutos Federais conseguiram oferecer à sociedade a possibilidade de um ensino profissional concomitante ao ensino médio. No mais, mesmo que o texto do Decreto nº 2.208/97 tenha sido revogado, na prática configura-se, insistentemente, a dicotomia entre ensino propedêutico e profissionalizante, a escola dos dirigentes e dos dirigidos.

Essas discrepâncias nada mais são do que obstáculos intencionalmente plantados para negar à “classe-que-vive-do-trabalho” a oportunidade de formação do homem omnilateral. Nesse contexto, os fundamentos da escola unitária defendidos por Gramsci ainda no século XX são pontualmente

necessários à atualidade. O reconhecimento do trabalho como princípio educativo fundamental implica o sacrifício não apenas do corpo, mas da espiritualidade, sem negar a abstração intelectual do sujeito. Aspectos que condizem, por certo, com uma formação profissional subsidiada não apenas pelos ensinamentos técnicos, mas também culturais e científicos.

[...] não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é “um filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar [...]. (Gramsci, 2000, p. 53)

De certo, a implantação de um ensino pautado nas concepções da escola unitária e de formação integral implica decisão política e grande ampliação orçamentária, especialmente no Brasil, país em que a educação sempre se configurou de forma precária, defasada e imprópria. Entretanto, estamos no século XXI e a “travessia” pensada por Gramsci no século passado ainda não se efetivou. A dura realidade nos obriga a buscar respostas para a negação que atravessa séculos e se perpetua em tempo real. A resposta? A ausência dessa tomada de decisão é coerente com a política neoliberal, que tem na desigualdade social o pilar que sustenta e reestrutura o capitalismo vigente. Em outras palavras, é funcional ao capital.

O atraso educacional ao qual nos referimos é fruto de uma concepção histórica, tradicionalista, colonizadora e escravocrata, que se arrasta ao longo dos anos e se perpetua na atualidade frente ao novo, ao avanço tecnológico, à modernidade. Somos vítimas da intermediação subordinada entre o arcaico e o moderno; o desenvolvimento que potencializa a sociedade capitalista depende do subdesenvolvimento e da desigualdade, condições necessárias para a manutenção hegemônica do capital.

Oliveira (2003) compara o sistema econômico brasileiro a um monstro estranho, um ornitorrinco. As características adversas desse animal resultam da mistura de diversos tipos de evolução e transformações anormais. Assim é o capitalismo: resultado de metamorfoses, da mistura subordinada entre o velho e o novo, em que a exploração da força do trabalho e o antagonismo entre as

classes são uma regra, uma premissa indispensável à manutenção dos privilégios das minorias.

Fernandes (1972) também comunga do mesmo pensamento. Para ele, o Brasil é um “gigante com pés de barro”, uma alusão às diferenças existentes entre ricos e pobres, bem como à subordinação contínua aos países estrangeiros — um capitalismo dependente, onde nunca houve rupturas consideráveis. O capitalismo dependente se caracteriza pela expropriação e autocracia, denominado capitalismo selvagem, no qual a miséria e a exclusão social são requisitos essenciais para o desenvolvimento econômico.

Nesses termos, a escola pública unitária, integral, politécnica e omnilateral está longe de se constituir como realidade brasileira. O projeto da classe burguesa não necessita dessa formação. Ao contrário, é a escola dual que favorece o projeto de sociedade profundamente dependente, subordinada aos grandes interesses do capital.

### **Considerações Finais**

É extremamente contraditório viver na sociedade do conhecimento e não termos condições dignas e iguais para construí-lo. Ser subordinados às ideologias de mercado, sob o slogan da proatividade, do empreendedorismo, e sermos culpados pela “incapacidade” de não possuir tais condições, vítimas das consequências imateriais de um sistema que oprime, rejeita, marginaliza e nos separa em classes. A exclusão é um problema estrutural e não individual.

Mas como transformar tal situação em um projeto de sociedade que ofereça condições iguais de educação, trabalho e cidadania? Na perspectiva de um sistema ontologicamente incontrolável, poderíamos ser coniventes com todas as transformações e aceitá-las. No entanto, faz-se necessário compreender e apropriar-se intelectualmente do conhecimento. Esse é o caminho pelo qual as pessoas representam as relações sociais, estruturam e dão forma à produção da existência humana, influenciados pelo trabalho e por ações políticas.

Do mesmo modo, é preciso saber atuar em meio às contradições do modelo dominante, com fins ao rompimento da dualidade educacional ainda vigente. Uma educação emancipatória e equânime, fundamentada na integração entre o pensar e o fazer, que tenha o trabalho como um princípio educativo, o ensino, a pesquisa, a extensão, a ciência, a tecnologia e tantas outras potencialidades que enriquecem o processo formativo.

Tomadas de decisões e políticas públicas necessitam, de fato, acontecer. Entretanto, está na educação e nos espaços formais de ensino a possibilidade de florescimento das melhores respostas e das melhores decisões. Para tanto, é preciso que o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos construídos na escola não sirva somente para atender aos processos de acumulação flexível, mas para a construção do pensamento crítico e reflexivo. Contudo, para que a versão unilateralista não prevaleça, necessita-se de uma educação emancipadora, em que a integração dos conhecimentos ultrapasse o ensino dual, consagrando-se na perspectiva da totalidade. Uma educação politécnica e omnilateral, única e de qualidade para todos, que eleve a capacidade criadora e intelectual dos indivíduos, assegurando-lhes não somente a condição de trabalhadores, mas também de cidadãos e dirigentes.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Boitempo. Coleção Mundo do Trabalho, 1999.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154, de 2004**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 2004a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm) Acesso em: 10 de julho de 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 2.208, de 1997**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2024.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 19 de julho de 2019.

CARDOSO, Limoeiro. **Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes Miriam**. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

CIAVATTA, Maria. **Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos?** Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, vol. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 24 de julho de 2024.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**, Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Guia da Semana. Cinema. **O corte**. Disponível em: <https://www.guiadasemana.com.br/cinema/sinopse/o-corte>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, José Deribaldo. **A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros**. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/reader/ab3bb36a4935db5bb34b9ceb18a8e9bac9792558>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

SAVIANI, Dermeval. **“O choque teórico da politecnia”**. In: Trabalho, educação e saúde, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, pp. 131-152, março 2003.